

# Da diversidade da loucura à identidade da cultura: o movimento social cultural no campo da reforma psiquiátrica

*From madness diversity to cultural identity: social and cultural movement inside psychiatric reform field*

Paulo Amarante<sup>1</sup>, Fernando Freitas<sup>2</sup>, Edvaldo Nabuco<sup>3</sup>, Mariana Nogueira Rangel Pande<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Professor e Pesquisador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (LAPS/ENSP/FIOCRUZ) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. pauloamarante@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Psicologia pela Université Catholique de Louvain (UCL) – Louvain-La-Nueve, Bélgica. Pesquisador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (LAPS/ENSP/FIOCRUZ) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. ffreitas@ensp.fiocruz.br

<sup>3</sup> Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Pesquisador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (LAPS/ENSP/FIOCRUZ) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. edvaldonabuco@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Doutoranda em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (LAPS/ENSP/FIOCRUZ) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. nogueirangel@gmail.com

**RESUMO** Este artigo reflete sobre o processo de construção de práticas e políticas culturais no campo da saúde mental, aqui considerado como um campo artístico-cultural, que surge no âmbito do campo da atenção psicossocial e que tende à autonomia, isto é, que tende a se tornar um movimento social e cultural no sentido de contribuir para a transformação do imaginário social sobre a loucura. Realizado a partir de uma pesquisa, o artigo procura identificar as bases políticas e culturais do surgimento e a viabilidade desse novo campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diversidade Cultural; Saúde Mental; Atenção Psicossocial; Arte; Cultura.

**ABSTRACT** *This article reflects upon the construction process of cultural practices and policies in mental health field, here considered a artistic-cultural field that arises from within psychosocial attention field and that lends itself to autonomy, that is, tends to become a social and cultural movement as in contributing for transforming social imagination on madness. Carried out based on a research, the article intends to identify political and social foundations of this emergence and the viability of this new field.*

**KEYWORDS:** *Cultural Diversity; Mental Health; Psychosocial Attention; Art; Culture.*

## Introdução

Em recente pesquisa<sup>1</sup>, foi sugerido o surgimento de um campo artístico-cultural construído a partir do campo da atenção psicossocial. Esse novo campo artístico-cultural foi identificado através do surgimento de diversos projetos artístico-culturais que vêm sendo desenvolvidos no Brasil, no contexto do processo de reforma psiquiátrica. A enorme expressão desses projetos justifica que se fale na criação desse campo autônomo.

Amarante (2011) propõe adotar a noção de processo social complexo – originalmente proposto por Rotelli (1990) para o conceito de desinstitucionalização e reforçado por Kinoshita (1990) para a reforma psiquiátrica italiana – para a ampliação dos objetivos da reforma psiquiátrica. O autor propõe quatro dimensões para essa reforma enquanto processo social complexo. Em si, essa concepção é um dispositivo, no sentido de possibilitar um pensamento e um agir estratégico e comunicativo no âmbito da reforma psiquiátrica. Assim sendo, tais dimensões não devem ser entendidas como delimitadas, estanques ou definitivas, mas são formas de se pensar os movimentos, as relações e os conceitos, que estão sempre em processos de trocas, de transversalidade, do estabelecimento de redes entre eles. Tendo como base essa proposta, Yasui (2010) desenvolve importantes reflexões para o campo. O autor almeja deslocar o objeto fundamental das experiências de reformas psiquiátricas – como no caso das experiências anteriores, fossem as inglesas e francesas ou a americana –, onde as transformações eram restritas ao modelo assistencial, para a transformação do lugar social da loucura na nossa tradição cultural, conforme postulado por Birman (1992).

Na dimensão sociocultural ocorrem importantes estratégias e dispositivos para a transformação do lugar social da loucura, ou, dito de outra forma, de

transformação das relações entre a sociedade e a loucura. Considerando a quantidade, a qualidade, o impacto e a expressão cultural que esses diversos projetos artístico-culturais recentemente constituídos estão produzindo, é possível dizer que se está assistindo à constituição de um movimento social cultural como base desse novo campo artístico-cultural.

## Nem Elogio Nem Traçaça – O Surgimento do Campo Artístico-Cultural na Reforma Psiquiátrica

Em 03 de maio de 1989, houve uma intervenção na Casa de Saúde Anchieta – hospital psiquiátrico privado existente no Município de Santos (SP) –, onde teve início um dos mais importantes momentos da história da psiquiatria no Brasil. Ao contrário de muitas intervenções do poder público em instituições psiquiátricas (públicas ou privadas), pela primeira vez, a imagem-objeto da equipe não seria a melhoria das instalações ou do tratamento oferecido, a humanização da instituição, a otimização da relação custo-benefício ou coisas dessa natureza. O que se pretendia, então, era a desmontagem da referida instituição, com sua substituição simultânea por outras modalidades e dispositivos de tratamento e cuidado. E, mais do que isso, a proposta era a de dar início a outra relação entre o território (isto é, a cidade, os sujeitos, as instituições sociais e políticas) e as pessoas consideradas ‘doentes’ ou ‘portadoras de transtorno mental’. Pela primeira vez, foi utilizado o termo substitutivo (serviço ou rede substitutiva) nas políticas públicas de saúde mental no Brasil, no sentido de algo que assume o lugar do anteriormente existente.

E o que seriam, em suma, essas práticas e dispositivos substitutivos? Com base nos princípios do Movimento da Luta Antimanicomial<sup>2</sup>, tem início uma série de ações como maneira de atingir a cidade e despertar

<sup>1</sup> A pesquisa intitulada “Cartografias das ações socioculturais no âmbito da saúde mental e o impacto dos projetos culturais na vida das pessoas em sofrimento psíquico” foi realizada no âmbito do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (LAPS/ENSP/FIOCRUZ; 2011), e financiada e aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Processo 575195/2008-9 Edital MCT/CNPq/CT-Saúde/MS/SCTIE/DECIT Nº 33/2008 – Saúde Mental.

<sup>2</sup> O Movimento da Luta Antimanicomial surge em 1987, a partir de uma profunda transformação do Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental, criado em 1978. No seu II Congresso, realizado na cidade de Bauru (SP), em dezembro de 1987, incorpora os usuários dos serviços de saúde mental e seus familiares, transformando-se em Movimento Nacional de Luta Antimanicomial. Adota o lema “Por uma Sociedade sem Manicômios”; cria o 18 de Maio como Dia Nacional da Luta Antimanicomial e radicaliza sua luta contra a violência e a tortura que ocorriam no interior dos manicômios, a fim de transformar a relação da sociedade com a loucura.

a atenção da sociedade para a forma de tratamento que era dada à loucura. Dentre essas ações, destacam-se as socioculturais desenvolvidas pelo Projeto Tam Tam, tais como a Rádio Tam Tam e a TV Tam Tam, entre outras (RENZO, 2011), que constituem marcos no processo de desinstitucionalização no Brasil. Para Lancetti, essa iniciativa não

*implica – o que seria uma ironia – nem elogio da loucura nem relação utilitária, o que seria uma trapaça com a arte. Trata-se de outro polo apontado, o da dimensão estética. (LANCETTI apud RENZO, 2011, p. 153).*

A ‘experiência de Santos’ (como ficou conhecida) teve grande repercussão nacional e até mesmo internacional. No âmbito das políticas públicas de saúde, o reconhecimento foi favorável na medida em que a conjuntura política era a do primeiro ano da nova Constituição, denominada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, de Constituição Cidadã, por seus incontestáveis avanços no campo dos direitos sociais e políticos. As forças progressistas avançavam e ganhavam as eleições municipais, como era o caso do Município de Santos (SP), onde a prefeitura acabava de ser conquistada por Thelma Souza, mulher, professora, mestra em Saúde Coletiva, militante histórica e fundadora do Partido dos Trabalhadores. O Secretário de Saúde viria a ser o médico David Capistrano da Costa Filho, sanitarista respeitado, fundador do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e da Revista Saúde em Debate. Enfim, somavam-se vários fatores que propiciavam uma repercussão favorável para os primeiros anos de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), que acabara de ser inscrito na Constituição de 1988.

Por outro lado, semelhante repercussão aconteceu no âmbito da mídia, sedenta de novidades culturais, com destaque para a postura de curiosidade que a ideia de produção artística dos ‘loucos’ sempre estimulou nos meios de comunicação. Os artistas, ‘locutores’, apresentadores e dirigentes da Rádio e da TV Tam Tam foram convidados para inúmeros programas e entrevistas nas mais importantes redes de TVs, rádios e jornais.

A experiência santista teve como referência decisiva e explícita a tradição triestina (Trieste/Itália), iniciada

e liderada por Franco Basaglia e continuada por Rotelli (KINOSHITA, 1990), através da qual muitos dos profissionais que atuaram em Santos (SP) puderam desenvolver estágios ao conhecerem com profundidade seus princípios, serviços e dispositivos.

Ao propor uma inversão epistemológica na psiquiatria, isto é, ao ocupar-se da experiência do sujeito considerado doente e não da ‘doença’, Basaglia (2005) demonstrou como essa operação – de colocar o conceito entre parênteses, seguindo a tradição fenomenológica iniciada por Husserl – revelava que, para além da doença e dos sintomas, existiam sujeitos com projetos de vida, com desejos, com temores e tantas outras possibilidades que deveriam ser conhecidas e, na medida do possível, cuidadas. Assim, surgiram projetos de trabalho, de cultura, de participação social e política, ou, dizendo de outra forma, dispositivos, para além de simples propostas de serviços e respostas terapêuticas, por mais adequadas que fossem (BARROS, 1994).

O impacto da experiência de Santos (SP) se faz notar também no fato de que, em setembro de 1989, tenha sido apresentado um projeto de lei na Câmara dos Deputados que propunha uma nova legislação da assistência psiquiátrica brasileira, cuja justificação faz referência à Lei 180 (lei da reforma psiquiátrica italiana). O referido projeto de lei, de número 3657/89, que ficou conhecido como Projeto Paulo Delgado, em referência ao deputado que o apresentou, contribuiu para o crescimento do debate em torno da questão das instituições psiquiátricas e da violência no campo da psiquiatria.

Com esse cenário, a experiência de Santos (SP) passou a ser bastante divulgada, reconhecida e visitada, servindo, inclusive, para revalidar e ressignificar experiências mais pontuais e localizadas, como é o caso do Centro de Atenção Psicossocial criado na cidade de São Paulo (SP), em 1987. A exemplo do pioneiro Projeto Tam Tam, a partir da década de 1990, diversas outras iniciativas artístico-culturais passaram a ser desenvolvidas, tais como: as TVs Pinel e Parabolínica; as bandas Cancioneiros do IPUB, Harmonia Enlouquece, Sistema Nervoso Alterado e Trem Tan Tan; o Coral Cênico Cidadãos Cantantes; as companhias de teatro Ueinzn e Pirei na Cenna; os blocos de carnaval Tá Pirando, Pirado, Pirou!, Loucura Suburbana, Maluco Sonhador,

Conspirados, Liberdade Ainda que Tam Tam; a ala Loucos pela X-9; e projetos de complexa intervenção político-social-artístico-cultural, a exemplo do Heterogênese Urbana, dentre muitas outros (AMARANTE *et al.*, 2012; PEIXOTO, 2012).

## As Transformações no Âmbito Geral da Cultura e o Campo da Atenção Psicossocial

Consideramos que essas iniciativas mantêm um distanciamento fundamental em relação às anteriormente existentes. Sabe-se que, desde a criação dos primeiros hospitais psiquiátricos na França, os pacientes eram convidados ou levados a realizar atividades artísticas e/ou laborativas como forma de tratamento ou ocupação do tempo largamente ocioso em tais instituições. Pinel faz referência às oficinas de arte e trabalho, assim como, em nosso meio, o mesmo é proposto por Juliano Moreira. Mesmo os reconhecidos e admirados trabalhos dos psiquiatras Osório César, na década de 1920, em São Paulo (SP), e Nise da Silveira, na década de 1940, no Rio de Janeiro (RJ), foram propostos a partir de uma dimensão voltada para o efeito terapêutico da arte, embora Osório César reconhecesse mais o valor estético da mesma.

Os elementos que contribuem para o surgimento do novo cenário podem ser encontrados – para além dos aspectos trazidos à luz pelo processo de reforma psiquiátrica sobre as questões relativas à loucura e sofrimento mental – no aparecimento: 1) dos novos movimentos sociais, como o descrito por Santos (2002), Yúdice (2004), Nabuco (2008) e nas novas concepções de cultura que deles advêm; 2) das novas concepções de arte, cultura e diversidade cultural, tal como o explicitado, por exemplo, pela “Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais”, da UNESCO (UNESCO, 2005), ou por Gil (2010), Ministro da Cultura no período de 2003 a 2008, e nas relações que essas concepções estabelecem com os atores dos novos movimentos sociais; 3) das novas concepções de direitos humanos que nascem com os novos movimentos sociais, assim como as concepções de arte e cultura daí decorrentes (BRASIL, 2010; DORNELLES,

2006); 4) das novas concepções sobre o trabalho, tais como a economia solidária, a relação capital/trabalho e a relação trabalho/cultura/direitos humanos, que nascem com os novos movimentos sociais, além das novas concepções de diversidade cultural e de direitos humanos (ROTELLI, 2000; GADOTTI, 2009).

No que diz respeito ao primeiro item, em 2003, ao assumir a pasta da Cultura, Gilberto Gil observa que o que entende por cultura “vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas ou dos ritos e da liturgia de uma suposta ‘classe artística e intelectual’”. Tecendo críticas às concepções elitistas de cultura, predominantemente centradas nos modelos europeus de arte, critica ainda o uso da expressão folclore, considerada por ele como uma forma de ‘discriminação cultural’. Gil afirma: “Não existe ‘folclore’. O que existe é cultura” (GIL, 2010, p. 28).

Finalizando, Gil considera que cultura é

*tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação.* (GIL, 2010, p. 28-29).

Yúdice considera que “o papel da cultura expandiu-se como nunca para as esferas política e econômica, ao mesmo tempo em que as noções convencionais de cultura se esvaziaram muito” (YÚDICE, 2004, p. 25).

Referindo-se ao documento elaborado pelo *Group de Fribourg*, Yúdice observa que

*os direitos culturais incluem a liberdade de se engajar na atividade cultural, falar a língua de sua escolha, ensinar sua língua e cultura a seus filhos, identificar-se com as comunidades culturais de sua escolha, descobrir toda uma variedade de culturas que compreendem o patrimônio mundial, adquirir conhecimento dos direitos humanos, ter uma educação, não deixar representar-se sem consentimento ou ter*

*espaço cultural utilizado para publicidade, e ganhar respaldo público para salvaguardar esses direitos.* (YÚDICE, 1996, p. 41).

Grosso modo, essas serão as concepções que irão predominar a partir de então, com a criação dos Pontos de Cultura, do programa Cultura Viva, dos editais da Diversidade Cultural e de muitas outras iniciativas de políticas públicas para populações indígenas, ciganos, comunidade LGBT, quilombolas, religiões afro-brasileiras, pessoas com deficiência e 'loucos'.

Com esse reconhecimento e esse novo arranjo político, cultural e institucional, os projetos artístico-culturais passam a ser componentes fundamentais no contexto da reforma psiquiátrica, identificados como alguns dos campos da diversidade cultural, definida pela UNESCO como a

*multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados.* (UNESCO, 2005).

Esses vários aspectos encontram um lugar comum de trocas e de reflexão coletiva com o advento do Fórum Social Mundial, cuja primeira edição ocorreu em 2001, em Porto Alegre (RS). Organizado, fundamentalmente, pelos 'novos movimentos sociais', o Fórum Social é considerado como um 'fenômeno social e político novo', que aglutina atores de todas as partes do mundo com o objetivo de construir um projeto

contra-hegemônico, particularmente contra o consenso da 'globalização neoliberal' do Fórum Econômico Mundial (SANTOS, 2005). Com o lema 'Um outro mundo é possível', o Fórum Social consegue reunir diferentes propostas políticas, ideologias, culturas e movimentos sociais, dentre os quais o Movimento da Luta Antimanicomial.

Na quinta edição do Fórum Social Mundial, em 2005, dentre as atividades propostas pelo movimento antimanicomial, estava a realização de oficinas de arte-cultura no campo da saúde mental, que foram espaços para o contato com outros movimentos da diversidade cultural e com a equipe da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, do Ministério da Cultura. Esse encontro reafirmou a qualidade dos projetos artístico-culturais da área da saúde mental na medida em que foram reconhecidos por gestores das políticas de cultura no Brasil, e daí, surgiu a proposta de construção de uma política cultural para as pessoas em sofrimento psíquico.

### **A Oficina Loucos pela Diversidade – Um grande encontro cultural<sup>3</sup>**

O Ministério da Cultura (MinC) já havia realizado oficinas para a indicação de políticas públicas culturais para alguns dos segmentos da diversidade cultural. A proposta partia do princípio de que tais políticas deveriam ser construídas com a participação dos próprios sujeitos, que seriam beneficiários das mesmas.

Sendo assim, a Oficina Nacional de Indicação de Políticas Culturais para Pessoas em Sofrimento Mental e em Situação de Risco Social – Loucos pela Diversidade: da Diversidade da Loucura à Identidade da Cultura, foi realizada, no Rio de Janeiro, no período de 15 a 17 de agosto de 2007, com uma dinâmica de planejamento estratégico que contou com a participação de cerca de 60 artistas, usuários e técnicos, de vários projetos de todas as regiões do País.

<sup>3</sup> Os "loucos" são identificados, no Brasil, pelos militantes da Luta Antimanicomial, como usuários dos serviços de saúde mental. Essa definição gera uma série de debates, não sendo essa nomenclatura a única aceita no contexto da reforma psiquiátrica. Muitos se identificam como "loucos", outros como usuários e, ainda, alguns como sobreviventes da psiquiatria ou psiquiatrizados. O termo usuário foi inserido no campo da saúde a partir da Lei nº 8.080/90, que define como usuário aquele que se utiliza das ações e serviços de saúde. No campo da saúde mental, o termo usuário foi incorporado, principalmente, a partir da Carta de Direitos e Deveres dos Usuários, construída no III Encontro de Entidades de Usuários e Familiares da Luta Antimanicomial, em Santos (SP), no ano de 1993.

O debate mais difícil, desde os primeiros passos da organização da oficina, talvez tenha sido o que envolveu a discussão sobre o caráter predominantemente terapêutico ou predominantemente artístico-cultural das propostas que estavam sendo elaboradas. Na mesa de abertura, Sérgio Mamberti antecipava sua posição quanto a esse aspecto:

*Podemos, portanto, colaborar dando visibilidade às diferentes ações culturais que constroem identidade e fomentam inclusão e autonomia, a partir das linguagens das expressões artísticas. E vale a pena lembrar que chegamos até aqui graças a um longo processo, que envolveu, durante várias décadas, a luta e a dedicação de muitas pessoas, dentre médicos, pesquisadores, artistas, cuidadores, pacientes e familiares, inclusive, no âmbito do movimento antimanicomial. Graças a esse processo, a experiência estética da criação pode hoje ser utilizada como forma de expressão e de comunicação de portadores de sofrimento psíquico, pode ser utilizada para ampliar territórios e para proporcionar o enriquecimento da subjetividade. Nos últimos tempos, a produção artística vem, assim, fortalecendo e valorizando a identidade e a diversidade, dentro do paradigma da inclusão, por meio de diferentes linguagens e abordagens, e contribuindo para a desconstrução de preconceitos, para a produção de sentidos, para a ampliação de territórios de circulação, conhecimento e vida. Assim, a produção artística desse segmento, que a cultura e a sociedade excluíram da cidadania cultural, vem sendo considerada um instrumento de mudança. Mudança que vai do sofrimento psíquico ao encorajamento criativo, do confinamento à emancipação, da exclusão ao aplauso. (BRASIL, 2008, p. 24).*

Gilberto Gil, também na mesa de abertura, complementa essa posição ao considerar que

*nas composições desses artistas, cumprem-se as duas exigências da arte: destruir a comunicação comum e criar uma outra comunicação. Além disto, há também a dimensão da autoestima. Ao serem reconhecidas publicamente como artistas,*

*como criadores, essas pessoas são apanhadas pela rede da cultura e trazidas para dentro de sua órbita, ainda que excêntrica. São incluídos após terem vivido um período de suas vidas na exclusão. E incluir é exatamente o nosso papel, juntamente com o de incentivar a tolerância e o respeito à diferença. Esse é o momento de saudar esse encontro, esse evento, essa possibilidade de inclusão de volta ao convívio pleno. (BRASIL, 2008, p. 27).*

Outras intervenções destacam o caráter político das produções artístico-culturais dos sujeitos em sofrimento psíquico, no sentido em que devem ser considerados ‘estilo’, ‘percepção’, ‘revolta’ (BRASIL, 2008, p. 35) ou ‘produção cultural e não terapia’ (BRASIL, 2008, p. 39).

O relatório final explicita o rico e diversificado conjunto de propostas que foram construídas na oficina, relativas aos aspectos de fomento, difusão e conservação da produção artístico-cultural dos sujeitos em sofrimento psíquico. Mas, certamente, a proposta que produziu o maior impacto foi a de um Edital de Prêmios, iniciativa que já havia sido realizada em outras áreas da diversidade cultural, tais como populações indígenas, quilombolas, ciganos e segmento LGBT.

O Edital de Premiação homenageou ao escritor e militante da luta antimanicomial, Austregésilo Carrano Bueno, autor do livro ‘Canto dos Malditos’, que deu origem ao filme ‘Bicho de Sete Cabeças’, de Laís Bodansky. O edital promoveu uma ampla divulgação da movimentação cultural que vem sendo realizada no Brasil. Foram inscritos 364 projetos, classificados como: Pessoa Física – aqueles que tiveram uma experiência com a loucura; Grupos Autônomos; Organizações da Sociedade Civil; e Instituições Públicas. Uma premiação em dinheiro foi entregue aos 55 projetos selecionados por uma comissão julgadora composta por reconhecidas personalidades do campo da cultura e da saúde mental.

O edital recebeu projetos de todas as regiões, atingindo seu objetivo de demonstrar a diversidade das manifestações artísticas e culturais em um país de dimensões continentais. Os projetos envolviam trabalhos que iam desde a Banda de Tambores – tão conhecida em cidades do interior por conta dos desfiles cívicos – a projetos realizados no Museu de Arte Moderna de São Paulo. Poesia, música, teatro e dança demonstram a riqueza do material

inscrito no edital. Realmente, foram encontrados muitos trabalhos importantes, confirmando assim a qualidade do trabalho desenvolvido pelos diversos artistas desse campo espalhados por todo o País.

A pesquisa sobre a cartografia das novas experiências artístico-culturais – que, além da fonte de dados do Edital de Premiação, enviou questionários, realizou entrevistas e pesquisou no acervo do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Fundação Oswaldo Cruz (LAPS/FIOCRUZ) –, ao todo, identificou 410 projetos. A dimensão não apenas quantitativa, mas também qualitativa dessas iniciativas artístico-culturais permite argumentar no sentido de um movimento social cultural, no âmbito da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial, que intervém afim de possibilitar novas relações entre a sociedade e a loucura.

## Considerações Finais

Através das ações de luta pela superação do modelo asilar de tratamento psiquiátrico e de toda violência daí advinda, novas formas sociais e políticas de lidar com a loucura foram iniciadas. As ações artístico-culturais se destacam dentre essas ao possibilitarem que os próprios sujeitos falem de suas experiências, do seu sofrimento, de suas formas de estar e ver o mundo. Esse novo modo de lidar com a loucura demonstra como esta vem sendo reelaborada ou ressignificada por aqueles que viveram e vivem tal experiência: do sofrimento à criação. Exemplo mais emblemático pode ser encontrado na letra ‘Sufoco da vida’, de Hamilton Assunção, do Grupo Harmonia Enlouquece:

*Estou vivendo no mundo do hospital, tomando remédio de psiquiatria mental. Haldol, Diazepam, Rouhypnol, Prometazina. Meu médico não sabe como me tornar um cara normal. Me amarram, me aplicam, me sufocam num quarto trancado. Socorro, sou um cara normal asfixiado. Minha mãe, meu irmão, minha tia e companhia me encheram de drogas e Levomepromazina. Ai, ai, ai, que sufoco da vida. Estou cansado de tanta Levomepromazina.*

Assim como Hamilton Assunção, foi possível constatar que diversos outros ‘usuários’ transformam sua dor

em criação. Há outro exemplo emblemático: Austregésilo Carrano Bueno, ao escrever ‘Canto dos Malditos’, livro que inspirou o filme ‘Bicho de Sete Cabeças’, transforma em literatura e, posteriormente, em cinema o sofrimento vivido por conta da violência nas instituições totais.

E, a partir dessa singularidade, falar das experiências pessoais através da arte torna possível argumentar que existe um movimento social cultural no campo da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial. Em outras palavras, quando os sujeitos que viveram a experiência da loucura passam a construir projetos artístico-culturais, individuais ou coletivos, além de reivindicarem espaços para se manifestar artisticamente em eventos de natureza mais propriamente política – como congressos, fóruns etc. (SOALHEIRO, 2003) –, se torna possível entender esse amplo processo como um movimento social cultural no sentido de transformação do imaginário social da loucura.

Toda produção artístico-cultural de um sujeito é, em certo sentido, uma produção social, pois nasce em um contexto sociocultural e político, onde esse mesmo sujeito se constitui enquanto tal. Essa produção nos remete à ideia de um movimento social cultural que intervém no sentido de libertar esses sujeitos dos padrões convencionais, proporcionando-lhes uma nova forma de se relacionar com a loucura. Possibilita assim, outros modos de se comunicar e falar de sua condição, produzindo novas identidades – a identidade de poetas, músicos, pintores, atores, enfim, a identidade de artistas. Essas novas identidades, decorrentes das atividades artístico-culturais que esses artistas produzem, caracterizam esse movimento como libertário, pois disparam rupturas com o instituído. Esse é, certamente, um dos objetivos da arte: a transgressão da norma, do instituído.

Para concluir, propomos que tomemos para nós a questão levantada por Axel Honneth, a respeito das lutas sociais pela construção de espaços na cultura que deem expressão às demandas pelo reconhecimento:

*A questão de como uma cultura moral possa ser constituída de forma a dar àqueles que são vitimados, desrespeitados, e condenados ao ostracismo a força individual para articular as suas experiências na esfera pública democrática, em vez de vivê-las em uma contracultura de violência. (HONNETH, 2007).*

## Referências

- AMARANTE, P. *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. 3. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.
- AMARANTE, P. et al. Da Arteterapia nos Serviços aos Projetos Culturais na Cidade: A Expansão dos Projetos Artístico-culturais da Saúde Mental no Território. In: AMARANTE, P.; NOCAM, F. (org.). *Saúde Mental e Arte: Práticas, Saberes e Debates*. São Paulo: Zagodoni, 2012, p. 23-38.
- BARROS, D. D. *Os Jardins de Abel: Desconstrução do manicômio de Trieste*. São Paulo: Editorial Lemos/Edusp, 1994.
- BASAGLIA, F. *Escritos Seleccionados em Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BIRMAN, J. A cidadania tresloucada. In: BEZERRA JUNIOR, B.; AMARANTE, P. (org.). *Psiquiatria sem hospício: Contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1992, p. 71-90.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Loucos pela Diversidade – da diversidade da loucura à identidade da cultura*. Relatório Final. Rio de Janeiro: MinC/FIOCRUZ, 2008.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SEDH/PR, 2010.
- DORNELLES, J. R. W. *O que são Direitos Humanos*. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- GADOTTI, M. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- GIL, G. Cultura: A Argamassa de um novo Projeto Nacional. In: ALMANAQUE CULTURA VIVA. Brasília: Ministério da Cultura, 2010, p. 28-31.
- HONNETH, A. The Social Dynamics of Disrespect: On the Location of Critical Theory Today. In: \_\_\_\_\_. *Disrespect, the normative foundations of critical theory*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- KINOSHITA, R. T. Uma experiência pioneira: a reforma psiquiátrica italiana. In: MARSIGLIA, R. et al. *Saúde mental e cidadania*, São Paulo: Mandacarú, 1990, p. 67-83.
- NABUCO, E. *Da reclusão à criação: construção da memória dos usuários do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial*. 2008. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Paris: UNESCO, 2005.
- PEIXOTO, P. T. C. *Heterogênesse, Saúde Mental e Transcomposições*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.
- RENZO, R. D. Arte e saúde mental: um episódio. In: MELO, W.; FERREIRA, A.P. (org.). *A sabedoria que a gente não sabe*, Rio de Janeiro/São João Del Rey: Espaço Artaud/Universidade São João Del Rey, 2011, p. 151-153.
- ROTELLI, F. Empresa Social: construindo sujeitos e direitos. In: AMARANTE, P. (org.). *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000, p. 301-306
- ROTELLI, F. et al. Desinstitucionalização: uma outra via. In: NICÁCIO, F. (org.). *Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 17-59.
- SANTOS, B. S. *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Fórum Social Mundial*. Manual de uso. Porto: Afrontamento, 2005.
- SOALHEIRO, N. I. *Da experiência subjetiva à prática política: a visão do usuário sobre si, sua condição e seus Direitos*. 2003. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.
- YASUI, S. *Rupturas encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.
- YÚDICE, G. *A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

---

Recebido para publicação em Março/2012  
Versão definitiva em Junho/2012  
Suporte financeiro: Não houve  
Conflito de interesses: Inexistente